



ID: 114229098

20-11-2024

OE 2025

# Simplificação fiscal avança entre o final deste ano e início do próximo

**Programa que está a ser desenhado pelo Ministério das Finanças e Ministério da Economia pretende diminuir os custos de cumprimento das obrigações fiscais para os contribuintes.**

O Ministério das Finanças diz que se trata de um "programa ambicioso" de simplificação fiscal e deverá avançar nos próximos meses. O prazo indicativo foi adiantado por Joaquim Miranda Sarmiento num encontro com administradores financeiros, esta terça-feira.

O compromisso já tinha sido assumido no relatório do Orçamento do Estado para 2025 e foi reafirmado na nota explicativa enviada ao Parlamento para a audição do ministro das Fi-

nanças. O objetivo, referia-se no documento, era "apresentar, em breve, um trabalho conjunto entre o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia um programa ambicioso de simplificação fiscal".

Na nota explicativa, as Finanças indicavam a intenção de "dar continuidade" aos esforços de simplificação do sistema fiscal, "adotando um conjunto de alterações legislativas e dos procedimentos e processos administrativos" que permitam "diminuir os

custos de cumprimento para os cidadãos e as empresas e os custos administrativos para o Fisco."

Esta quinta-feira, o ministro Miranda Sarmiento, perante uma plateia de administradores financeiros no CFO Club da EY, apontou esta como uma das medidas de apoio às empresas, referindo "um programa de simplificação fiscal muito significativo."

À margem do encontro, questionado pelo Negócios, Miranda Sarmiento indicou que este trabalho conjunto deverá avan-

çar no "final deste ano, início do próximo", sendo que nesta altura decorrem conversas com os Contabilistas Certificados e associações empresariais, entre outros protagonistas. A ideia não é alterar códigos, mas procedimentos administrativos.

Mas além de simplificar procedimentos, as Finanças apontam ainda para a redução de benefícios fiscais bem como a despesa fiscal associada, e "reforçar a relação custo-eficácia dos benefícios fiscais remanescentes".

Na nota explicativa, é referido ainda que o sistema permanente de acompanhamento e avaliação dos benefícios fiscais, novos e existentes, é para manter – com o objetivo de simplificar o quadro existente. De acordo com o relatório do Tribunal de Contas à Conta Geral do Estado de 2023, a despesa fiscal teve um impacto estimado de 15 mil milhões, com 202 benefícios fiscais, "não apresentando" valores para 101 benefícios ainda ativos. ■

PRP